



Estado não paga a imigrantes. O que os bombeiros recebem por combater incêndios

A narrativa

Numa altura em que se fazem contas à área ardida e aos prejuízos deixados pelos incêndios que atingiram o território nacional — o fogo que deflagrou em Arganil foi o maior incêndio de que há registo em Portugal —, várias publicações nas redes sociais apontam o dedo às condições que o Estado dá aos operacionais no terreno. Em particular, aos bombeiros voluntários.

Essas publicações estabelecem uma comparação sem qualquer fundamento, sendo mesmo despropositada. Diz-se que os imigrantes em Portugal recebem mais em subsídios do que os bombeiros voluntários que estão a combater incêndios, mas esta ideia é falsa porque os imigrantes não recebem subsídios por serem imigrantes e chegarem a Portugal. Podem receber as mesmas verbas de apoio social que os portugueses se cumprirem os requisitos para cada caso.

Esta narrativa é construída com base em várias técnicas de desinformação. Desde logo, a generalização, uma vez que é apontado um valor atribuído a todos os imigrantes sem qualquer fonte ou contextualização, criando a ideia que todos recebem pelo menos aquela verba.

A linguagem emocional também é usada para fazer esta narrativa crescer. Considerando o contexto de rescaldo dos incêndios após semanas em que as chamas lavraram com intensidade e obrigaram a ter no terreno cerca de quatro mil operacionais por dia, são constantes as referências ao sacrifício dos bombeiros e ao perigo que correm no desempenho da sua actividade. O sacrifício dos bombeiros é verdade, claro, mas é usado neste caso para criar, por oposição, o sentimento de ódio a um perfil de imigrante que não faz sacrifícios, mas alegadamente recebe mais — o que é falso.

Por outro lado, a linguagem

emocional também é usada para criticar as entidades responsáveis pela gestão do dispositivo de combate aos incêndios e pela atribuição dos alegados subsídios, ou seja, o Governo. Surgem referências como “50 anos de desgoverno” ou “Obrigado PS, PSD, Bloco de Esquerda e amigos” numa crítica quase universal à classe política.

Nesta narrativa é ainda claro o recurso à população migrante como bode expiatório para os problemas do país. A associação entre os alegados subsídios dados a imigrantes e a ausência de remuneração dos bombeiros voluntários sugere que o financiamento disponível está a ser canalizado para a população migrante e não para o combate aos incêndios. Não haveria qualquer relação entre uma coisa e outra mesmo que existissem subsídios para imigrantes, mas neste caso nem isso se verifica: não existem, como já sublinhámos.

Como e de onde surgiu

A primeira publicação a criticar os alegados subsídios atribuídos a imigrantes e a dizer que os bombeiros voluntários não são remunerados pelo combate às chamas foi feita a 15 de Agosto pela conta de Instagram Tacho.PT, com mais de 16 mil seguidores e que diz ser militante do Chega, segundo a descrição do perfil.

Trata-se de uma imagem que põe lado a lado um homem com um turbante, símbolo que tem sido usado pela direita radical populista de forma generalizada para aludir à população migrante, e um bombeiro que, pela farda visível, é voluntário. Sobre põe-se o texto com os valores alegadamente pagos a cada um: 910 euros versus zero.

A mesma imagem foi partilhada a 17 de Agosto pela deputada Rita Matias, do Chega, com a descrição “Não deve andar longe da verdade”. A publicação foi entretanto ocultada pelo X em Portugal “com base na lei local”, escreve a rede social. Ainda assim, é possível verificar que teve quase cinco mil visualizações e 41 comentários. A imagem continua a ser partilhada em contas com menor alcance em todas as redes sociais.

A desconstrução

Esta narrativa conjuga várias

ideias falsas. Desde logo, o facto de os imigrantes não receberem subsídios por virem para Portugal. Não há, na lei portuguesa, um subsídio previsto para imigrantes. Essa foi, aliás, uma narrativa já desconstruída pela Prova dos Factos.. À semelhança de qualquer pessoa que resida habitualmente em Portugal, um cidadão migrante pode requerer apoios sociais depois de regularizada a sua situação no país.

Importa também clarificar a situação remuneratória dos bombeiros voluntários. Apesar de ser um serviço prestado na base do voluntariado, os bombeiros, que estão integrados no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR), que coordena diferentes elementos de socorro bombeiros voluntários,

sapadores, Protecção Civil e forças de segurança, entre outros, têm uma compensação remuneratória. Esse valor está previsto na directiva financeira que é aprovada todos os anos e que, em 2025, fixou-se num valor diário de 75 euros.

A remuneração tem sido contestada pela Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP). Considerando que os bombeiros fazem geralmente turnos de 24 horas, o valor definido de 75 euros traduz-se em pouco mais de 3,12 euros por hora, inferior aos 4,94 euros por hora do salário mínimo nacional, contesta a LBP. Importa, referir que esta remuneração só existe quando vigora o programa de combate aos incêndios. O DECIR foi aprovado este ano

em Abril e o período de mobilização de mais meios ocorre habitualmente entre Maio e Outubro. No resto do ano e na restante actividade dos bombeiros voluntários, são aplicados apenas os apoios previstos no estatuto social do bombeiro. **Bárbara Baltarejo**

Este artigo foi produzido no âmbito do Projecto Upstream e em parceria com o MediaLab do ISCTE

COM O APOIO:

European MEDIA AND INFORMATION Fund
Managed by Calouste Gulbenkian Foundation

A exclusiva responsabilidade sobre conteúdos apoiados pelo European Media and Information Fund é dos respectivos autores e pode não reflectir as posições do EMIF ou dos parceiros do fundo, da Fundação Calouste Gulbenkian ou do Instituto Universitário Europeu.